

PROCESSO URBANO E OCUPAÇÃO ESPONTÂNEA: CAMPOS DOS GOYTACAZES

Tatiane Teixeira de Melo

Graduanda em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo/ISECENSA/RJ
tatiane.t.d.m@gmail.com

Ronaldo de Sousa Araújo

Doutor em Gestão e Valoração Urbana/PUC/Barcelona/Espanha
r.saraujo@terra.com.br

RESUMO

Este artigo trata da questão de ocupação espontânea, especialmente as que ocorrem pela invasão de áreas, públicas e privadas, remanescente de loteamentos, ou nas suas proximidades, por iniciativa individual ou coletiva. O mesmo mostra a cidade, desde quando fundada, até os dias de hoje. Fala dos primeiros moradores, de como os invasores Europeus se estabeleceram e que já habitavam as margens dos rios e lagoas de forma desordenada, transformando em área de risco ambiental. Campos é uma cidade com uma história significativa, neste sentido, é importante frisar a necessidade de preservar a história da evolução seguida da ocupação espontânea. E o principal intuito deste artigo foi divulgar a história da evolução da cidade para pessoas interessadas em conhecer o passado e suas riquezas. Ao observar informações do crescimento urbano, é possível notar que a questão da população morar em lugares de risco, sempre ocorreu. O que não quer dizer, que não seja possível mudar essa realidade, com vontade política.

Palavras-chave: História, Ocupação Espontânea, Campos dos Goytacazes.

ABSTRACT

This article addresses the question of spontaneous settlement, especially those that occur by invasion of areas, public and private, remnant subdivisions, or in its vicinity, for individual or collective initiative. The article shows the city, since he founded, to the present day. Speaks of the first residents, as of the European invaders settled and who inhabited the banks of rivers and ponds in a disorderly manner, turning in the area of environmental risk. Campos is a town with a significant history in this sense, it is important to emphasize the need to reserve the history of evolution followed by spontaneous occupation. And the main purpose of this article was to promote the history of the evolution of the city for people interested in learning about the past and its riches. By observing information of urban growth, it is possible to note that the issue of population living in places of risk, always occurred. Which is not to say that you can not change that, with political will.

Keywords: History, Candid Occupation, Campos dos Goytacazes.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo trata do Processo urbano e a Ocupação espontânea no município de Campos dos Goytacazes.

O mesmo tem por objetivo disponibilizar conhecimento no município de Campos, interessada no tema. Mostrar a realidade de muitos anos atrás que se assemelha com as atuais, com base no estudo anterior.

A importância deste artigo foi levar em consideração a falta de conhecimento dos próprios moradores da cidade. Muitas vezes não há interesse, nem incentivo. Será fornecida uma breve história de Campos no intuito de fazer mais conhecedores de sua própria história, incentivando também com muitas imagens.

Este trabalho fornece informações sobre o processo de urbanização com o crescimento desordenado da cidade de campos dos Goytacazes.

O artigo trata dos primeiros moradores, de como os invasores Europeus se estabeleceram e que já habitavam as margens dos rios e lagoas de forma desordenada, transformando em área de risco ambiental.

Esse trabalho passou por um processo de planejamento e execução. Na etapa de planejamento foi feito uma revisão bibliográfica. Para a execução realizaram-se pesquisas bibliográficas e pesquisas na internet. Primeiramente foi feita pesquisa bibliográfica, mas devido a poucas referências bibliográficas voltadas para a história da cidade, as imagens de blogs e sites, constituem em uma fonte importante para avaliação e estudo.

Espera-se com este artigo propagar o conhecimento sobre o município de Campos dos Goytacazes.

2. PROCESSO HISTÓRICO E URBANO

O Município de Campos dos Goytacazes está situado ao norte do Estado do Rio de Janeiro e foi fundado em 28 de março de 1835 (COSEAC, 2014).

A principal via de acesso a cidade é pela BR-101, que liga o sul ao norte do Estado do Rio de Janeiro, além da BR-356 que liga a cidade aos Municípios de Minas Gerais e ao Município fluminense de São João da Barra. Outro importante acesso é pela RJ-216, na direção do litoral, que presta fundamentais serviços para as bases de apoio à exploração de petróleo na plataforma continental. Como elos ferroviários, as ferrovias Rio-Vitória e Campos-Recreio, no Estado de Minas Gerais, seguem cruzando o território de município (RODRIGUES, 2007).

A região de Campos era originalmente habitada pelos índios goytacazes, que significa, em tupi-guarani, para alguns, “corredores da mata”, para outros, “índios nadadores”, definição que se enquadra bem a essa nação, habitantes das lagoas (SILVA, 2003).

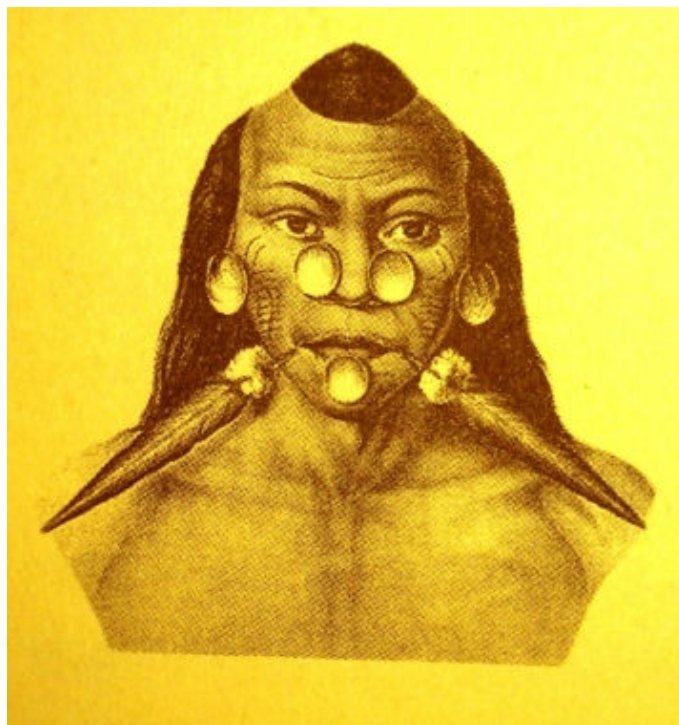


Figura 1: Ilustração do índio. Fonte: Acervo João Pimentel

Segundo Soffiati (1996):

Os primeiros habitantes humanos da região norte-noroeste fluminense, pertencentes as nações goitacá e puri, desenvolveram modo de vida integrados às

florestas, predominantes na margem esquerda do rio Paraíba do Sul e as Lagoas, profundas na margem direita neste mesmo curso d'água.

De acordo com Soffiati (1996), os primeiros habitantes das margens do rio e das lagoas, já estavam em área de risco ambiental, pois, ali estavam, devido a necessidade de água mais próxima e para facilitar a plantação. Mas “a poluição ameaça permanentemente a saúde dos ocupantes de suas margens”.

Os exemplos citados acima por Soffiati, mostram a necessidade de respeitar a faixa marginal de proteção e a sanidade dos ecossistemas aquáticos.

A grande baixada, na parte norte do território fluminense, após o fracasso da Capitania de São Tomé, com Pero de Gois, foi abandonada e dominada inteiramente pelas tribos goitacás (SILVA, 2003).

Durante o século XVI, várias foram as tentativas para a ocupação da planície, porém, os ocupantes entravam em luta com os índios e eram dizimados (LAMEGO, 1974).

Lamego (1974) ressalta que, enquanto o litoral brasileiro era ocupado de norte a sul, a planície goitacá ainda era invisível para o branco. Somente quando da chegada dos jesuítas e beneditinos na região, e do seu sucesso pacificador junto aos índios, é que as condições das terras chegaram ao conhecimento da metrópole e dos colonizadores, senhores de engenho, no recôncavo da Guanabara, que haviam recebido o título de capitães por terem lutado contra os franceses, tamoios e tupinambás.

Os novos colonizadores pretendiam desenvolver a criação do gado na região, tendo em vista aproveitá-los no trabalho dos engenhos. No recôncavo da Guanabara não havia área para criá-los, ocupada que estava com a cultura da cana-de-açúcar. Agora começa a verdadeira história da ocupação da região polarizada pela cidade de Campos. Após a primeira viagem de reconhecimento, onde encontraram povoados de pescadores em Cabo Frio, Macaé e Atafona, travam contato com os índios, com os quais fazem as pazes. Na segunda viagem, é promovida a divisão dos quinhões, a fixação dos marcos e o estabelecimento de três currais. Morando em seus engenhos no Rio de Janeiro e Cabo Frio, os Capitães acabam de arrendar quinhões de suas sesmarias, o que vai contribuir para a intensificação do povoamento (LAMEGO, 1974).

O local em que se estabelecia era cercado por lagos e sua habitação era uma cabana de madeira e colmo apoiada em estacas (MORETTO, 2010).

Na capitania do Rio de Janeiro o mais importante setor açucareiro, nessa época, foi a cidade de Campos dos Goytacazes formada pela baixada que se estende entre a lagoa Feia, o rio Paraíba e o seu afluente, o rio Muriaé (PRADO JÚNIOR, 2006).

Na década de 1640 desenvolve-se a criação de gado nos Campos dos Goytacazes. Nessa época, o Rio de Janeiro necessitava de carne para alimentação da população. A busca de terra para a criação de gado aguçou o desejo pela planície campista do General Salvador Correa de Sá e Benevides. Em 1648, o General esteve como governador do Rio para preparar uma expedição para reconquista de Angola para Portugal. Aproveitando a situação, dividiu a sesmaria dos Sete Capitães para ele e padres da Ordem de São Bento e da Ordem dos Jesuítas. Refizeram a distribuição de terras conforme seus interesses com apoio da Coroa Portuguesa e Espanhola. O General chega à capitania com o título de “libertador de Angola” e grande número de escravos desse país (FEYDIT, 2004).

No período de 1837 a 1870 a área urbana cresceu pouco, mas já em 1842 foi instituído um Código de Posturas, dispondo sobre normas de construção (LOPES, 1988).

No período de 1850 a região começa a modificar seu panorama pelas seguintes razões: ampliação da área de cultivo da cana e diminuição daquela voltada para as lavouras de subsistência e criação de gado; pavimentação de estradas e oferta de facilidades para contatos com a vida e as instituições da cidade (BARCELOS, 1992).

A partir de 1870, importantes transformações econômicas ocorreram em Campos, sobretudo, após a construção da estrada de ferro em 1873.



Figura 2: Término da construção da Ponte de Ferro sobre o Rio Paraíba do Sul em 1908. Fonte: Acervo João Pimentel

Houve também expansão do núcleo urbano e de habitações precárias. Tanto é assim que o Código de Posturas aprovado em 1896, atentando para a questão dos cortiços existentes, dispôs sobre habitações populares (LOPES, 1988).

O aparecimento da ferrovia, em 1837, facilitou a circulação, transformando o município em centro ferroviário da região. A grande riqueza de Campos no século XIX pode ser creditada à expansão da produção açucareira, inicialmente apoiada nos engenhos a vapor, mais tarde substituídos por usinas. Em 1875, a região contava com 245 engenhos de açúcar e, por volta do ano de 1879, foi construída a primeira usina, batizada como Usina Central do Limão. Entretanto, várias dessas antigas usinas fecharam ou foram absorvidas pelas maiores em anos recentes, concentrando-se a produção em menor número de estabelecimentos (TCE-RJ, 2011).

A pecuária sempre manteve papel importante na economia da região, e o café foi responsável pela prosperidade dos antigos distritos de Cardoso Moreira e Italva, atualmente desmembrados de Campos. No nordeste do município, hoje predomina o gado leiteiro (TCE-RJ, 2011).

Campos consolidou-se na agricultura da cana, e sua industrialização ao longo dos séculos, se atualizando e modernizando, estabeleceu as diretrizes de um ágil comércio, que manteve o núcleo e a zona rural em permanente prosperidade. No contexto brasileiro é a única cidade que foi construída exclusivamente pela economia açucareira (PINTO, 1990).

A descoberta de petróleo e gás natural na plataforma continental da bacia de Campos tem propiciado o aumento significativo da receita municipal nos últimos anos, por meio do recebimento de *royalties* e participações especiais (TCE-RJ, 2011).

O Plano Urbanístico de Saturnino de Brito, elaborado em 1902, tratava, sobretudo, dos problemas sanitários, também revelava projetos para casas populares, mesmo que a efetivação de tais propostas ocorresse em áreas pontuais e isoladas. Até 1944, a direção tomada pela expansão urbana da cidade foi determinada por este plano (COSTA, ALVES, 2004).

De 1837 até 1875, a área urbana pouco cresceu, como pode ser visto comparando-se a área urbana de 1837, de cor creme, com a urbana de 1875, representada pela cor verde escuro na Figura 2. De acordo com PDUC (1979) o fator que facilitou essa última fase de ocupação do território foi o aparecimento da ferrovia a partir de 1873. Na Figura 2, comparando as duas primeiras urbanizações vê-se claramente um aumento em direção ao oeste, nas proximidades de onde foi instalada a estação da ferrovia. Nessa direção, onde é chamado hoje de “Alto do Liceu” instalaram-se residências de classes sociais elevadas, como a residência do Barão da Lagoa Dourada, construída em 1864, onde hoje funciona o Colégio Liceu de Humanidades de Campos (COSTA, ALVES, 2004).

Em 1944, Coimbra Bueno, contratado pelo governo municipal para elaborar um Plano de Urbanização para Campos, apresentou os principais problemas enfrentados pela cidade, trouxe ideias de remodelação, extensão e embelezamento, influenciando o crescimento futuro (LOPES, 1988).

A modernização urbana de Campos dos Goytacazes, entre os anos 1930 e 1940, se constituiu num empreendimento estrategicamente pensado pelas elites locais, com intenções muito específicas - a busca da afirmação de Campos como metrópole regional, centro político hegemônico no cenário fluminense. É recorrente o discurso de que a tradição de um passado de riqueza e esplendor e a participação nos acontecimentos econômicos, políticos, sócio culturais da região Norte-Fluminense e do país qualificaria o município para o exercício da dominação no Estado do Rio de Janeiro. Assim que, o processo de mudanças no espaço urbano tinha por objetivo habilitar a cidade para abrigar a capital do Estado, ou mesmo para justificar a criação de um novo estado – estado da Paraíba do Sul – do qual seria a capital (ALVES, 2011).

A partir da década de 1950, aumentou o processo de urbanização da cidade e também de suas sedes distritais. A ocupação ultrapassou o limite das ferrovias, expandindo-se em todas as direções na forma de grandes loteamentos. Nesta época a cidade apresentava um centro urbano, muitos bairros estruturados e vazios urbanos, inclusive próximos à área central (COSTA, ALVES, 2004).

No final dos anos 70, houve um rápido crescimento e construção de muitos prédios na cidade, o que levou a Administração Municipal a editar uma série de leis rigorosas de controle urbanístico, mas muitas delas não eram compatíveis com leis federais e, portanto, sem validade legal (LOPES, 1988).

Na imagem a seguir pode-se observar como o adensamento na cidade era baixo e ainda não tinha verticalização no ano de 1958.



Figura 3: Ponte General Dutra – 1958. Fonte: Acervo João Pimentel.

Na Foto a seguir, na região central da cidade, às margens do Rio Paraíba do Sul, pode-se ver a verticalização proveniente do adensamento.



Figura 4: Panorâmica da cidade mostrando a verticalização em 2010. Fonte: Google.com.br

A expansão da cidade de Campos caracterizou-se por uma disputa de espaço com os canaviais, o reflexo disso é a rápida verticalização da cidade, com a construção de edifícios para as classes média e alta e a favelização de áreas marginais devido à sua ocupação pela população pobre, que não tem condições de pagar o alto preço cobrado pelo mercado. Vale ressaltar que esse fenômeno da favelização foi intensificado nos anos 80, com a falência de algumas usinas de cana-de-açúcar (LOPES, 1988).

Apesar do considerável número de planos e leis para regulamentar a questão da expansão urbana, o trabalho de fiscalização sempre foi precário, muitas vezes em decorrência da complexidade das leis. Além disso, não havia efetiva divulgação da legislação nem campanhas que chamassem a atenção para os problemas da cidade, que, deste modo, não foram solucionados antes de atingirem maiores proporções e, de acordo com dados do IBGE, em 2000 a cidade contava com 32 favelas (FARIA, 2005).

‘Em comemoração à descoberta da América, o Sr. Dr. Prefeito inaugurou hontem a fonte monumental offerecida ao municipio pela companhia Syndicate’. Foi assim que, em 13 de outubro de 1906, o tradicional jornal Monitor Campista anunciou a inauguração do Chafariz Belga, às cinco e meia da tarde do dia 11 de outubro, em frente à antiga Santa Casa de Misericórdia (PIMENTEL, 2014).

Segue abaixo fotos ilustrando o atual Chafariz belga e o mesmo em 1950.



Figura 5: Chafariz Belga – 1950. Fonte: Acervo João Pimentel

‘Foi extraordinario o número de famílias percorrendo o novo jardim e examinando a fonte que é de belo efeito’, diz o jornal. Se em 1906 os campistas ressaltavam o "belo efeito" da fonte - que é uma réplica de um dos 100 chafarizes que o descobridor da América, Cristóvão Colombo, mandou fabricar -, às vésperas de 2014, a história se repete. A prefeita, Rosinha Garotinho, inaugurou a restauração do chafariz belga, que surpreendeu o público com suas águas dançantes e sistema de som e iluminação (PIMENTEL, 2014).



Figura 6: Chafariz Belga – 2014. Fonte: Acervo João Pimentel

3. OCUPAÇÃO ESPONTÂNEA

O ascendente processo de urbanização e a complexidade dos problemas decorrentes dele apontam um grande desafio para o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras, especialmente quanto à organização do espaço urbano (SOUZA, SILVA, 2009).

Dentre os fatores que dificultam o desenvolvimento harmônico da cidade, destaca-se o processo de ocupação espontânea. Tal processo leva a uma excessiva extensão do tecido urbano com baixas densidades de ocupação, inviabilizando a implantação de infraestrutura e serviços básicos (SOUZA, SILVA, 2009).

A ocupação espontânea é promovida por iniciativa da população por meio de invasão de terrenos públicos e áreas de preservação permanente (SOUZA, SILVA, 2009).

Os loteamentos irregulares ou clandestinos podem ser realizados pelo setor público e pelo setor privado (ARAÚJO, 2009).

Os assentamentos realizados pelo governo estadual são clandestinos por não possuírem a aprovação da administração municipal e não serem apresentados ao órgão municipal competente e quando são solicitados os levantamentos, estes também não são apresentados (ARAÚJO, 2009).

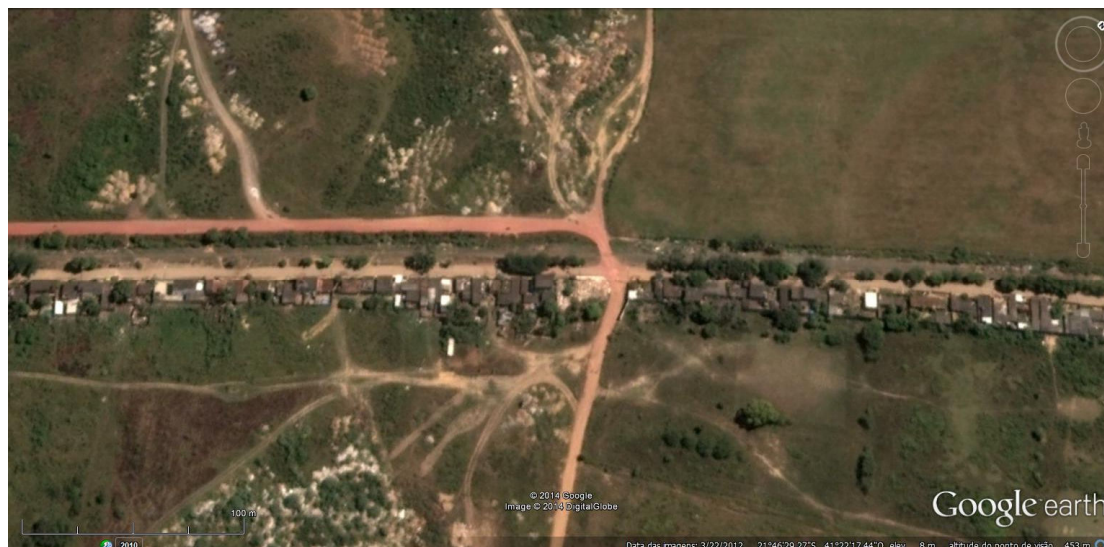


Figura 7: Favela da Linha – Campos – RJ. Fonte: Google Earth

Além de contribuir para uma desintegração funcional, a ocupação espontânea dificulta o planejamento e a implementação das ligações viárias, a localização dos equipamentos comunitários e a rede de infraestrutura em bairros e loteamentos (SOUZA, SILVA, 2009).

O crescimento das cidades brasileiras vem ocorrendo de maneira desordenada, produzindo diferentes realidades segundo as suas diversas regiões, que necessitam de políticas específicas de correção e controle, buscando um desenvolvimento equilibrado. Esse crescimento desordenado traz, ainda, o aumento nos custos de ofertas de redes públicas de infraestrutura, como: Transporte público, água, esgoto, energia elétrica, etc (RAIA JUNIOR, 1999).

Em 2001 foi homologada a Lei Federal No. 10.257, chamada Estatuto das Cidades que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Nestes termos foi criada a política urbana com objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Mediante inúmeras diretrizes destacamos a de ordenação do uso e ocupação do solo entre outras que visam à preservação, conservação e compatibilização do uso urbano com o meio, observando seus limites e potencialidades. O Estatuto da Cidade também normatiza os instrumentos da política urbana, como o Plano Diretor Municipal, Disciplina do Parcelamento uso e ocupação do solo, o zoneamento ambiental e muitos outros instrumentos de regulação das atividades urbanas. Esses instrumentos são então fundamentais na delimitação e orientação da expansão urbana, especialmente no que diz respeito ao direcionamento do crescimento das cidades em direção às áreas de risco (RAMALHO, 2010).

Segundo Oliveira, chega-se à conclusão de que o problema das construções irregulares, ao contrário do que querem nos fazer acreditar, não é restrito às favelas. Grande parte das edificações ditas “regulares” é, na verdade, construídas com base em interpretações no mínimo forçadas da lei, quando não são simplesmente aberrações fraudulentas com o aval dos órgãos públicos.

No processo de urbanização, as diferentes formas de moradia e de sua produção desempenham importante papel na organização sócio espacial, interferindo no tecido urbano e no mecanismo de seleção e diferenciação sócio espacial. Ao deixar a provisão de moradias quase exclusivamente à mercê do jogo do mercado, o poder público contribuiu para que o acesso a elas ocorresse de forma desigual e excludente, acentuando o processo de segregação residencial (FREITAS, FARIA, 2011).



Figura 8: Crescimento desordenado. Fonte: Google.com.br

3.1 Ocupação espontânea em Campos dos Goytacazes

Em Campos dos Goytacazes, o processo de segregação sempre se caracterizou pela concentração da moradia para a população de alto status socioeconômico na área mais valorizada, que corresponde ao entorno da área central, enquanto os indivíduos de menor renda ocupam predominantemente as áreas periféricas. (FREITAS, FARIA, 2011).

Prova disso, a Lagoa do Vigário, que se estende por uma área de cerca de três km² à margem esquerda do rio Paraíba do Sul, encontra-se dividida em duas partes por um aterro iniciado em 1973 e que hoje é uma avenida sobre a qual circulam milhares de veículos diariamente. As margens dessa lagoa têm sido ocupadas sem qualquer controle, fazendo surgir, inclusive, as favelas do Vigário e da Fofoca. Além dessas duas importantes comunidades, várias outras residências, algumas com estrutura de moradia de classe média, ocupam toda a área do entorno da lagoa atualmente (SILVEIRA, 2010).

Visto o problema na área de preservação e de risco para os moradores do entorno da lagoa do vigário, a prefeitura se manifesta e retira os moradores, porém, alguns ainda tem resistência em sair.



Figura 9: Av. Tancredo Neves, com a demolição de casas e os que ainda resistem. Fonte: google.com.br

3.1.1 Lagoa do Vigário

"A Lagoa do Vigário é uma das poucas lagoas sobreviventes ao tenebroso passado de drenagens, porém, apesar de ter vencido essa fase, hoje, extremamente antropizada, continua sua luta pela sobrevivência" (VILAÇA, 2008).

A área em torno da Lagoa do Vigário oferece risco aos moradores, em época de enchente, quando aumenta o nível da lagoa e as casas são atingidas pelas águas. A área é de preservação ambiental e por determinação do Ministério Público, já foi demarcada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (ABREU, 2012).

Lagoa do vigário em 1962, antes da principal Avenida Tancredo Neves:

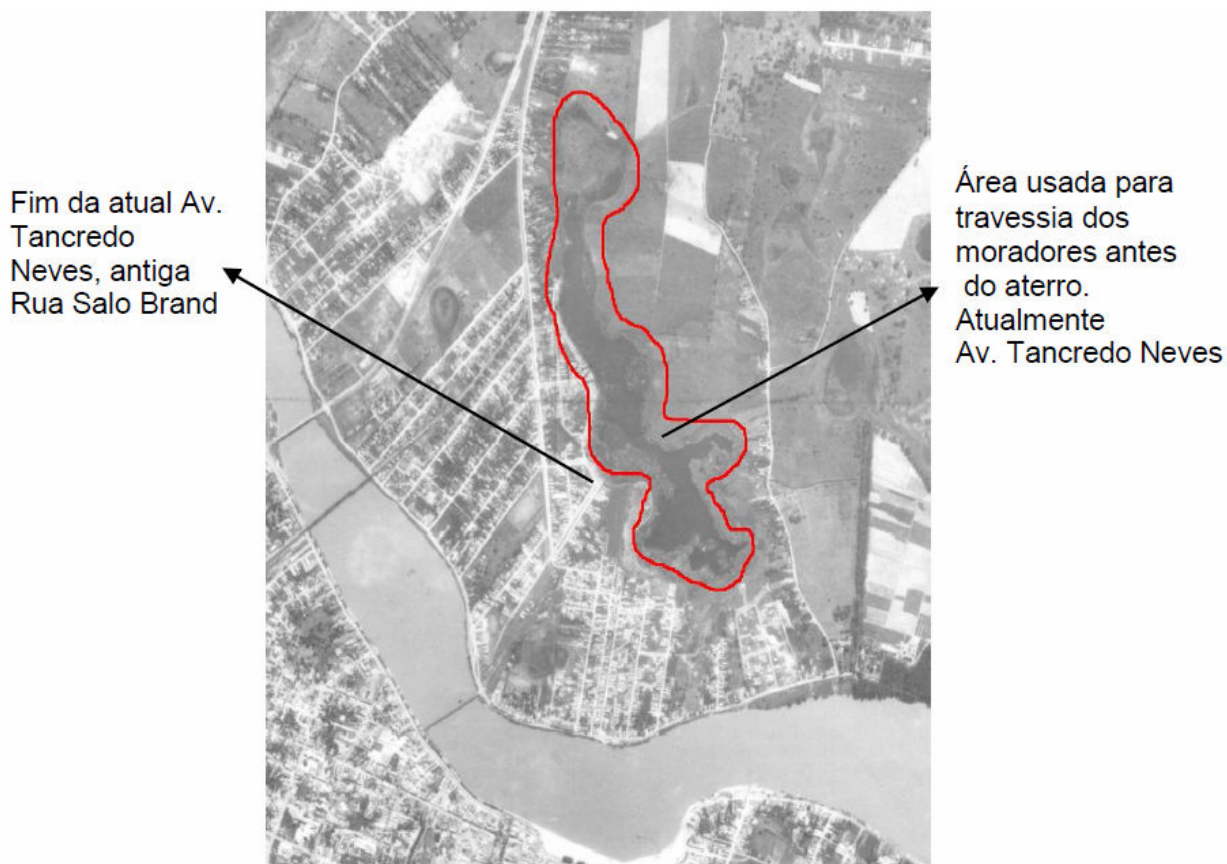


Figura 10: Lagoa do Vigário. Fonte: Dayana Vilaça

Lagoa do Vigário em 2010, depois do aterro:



Figura 11: Lagoa do Vigário. Fonte: Google Earth, 2010



Figura 12: Lagoa do Vigário – 2013. Fonte: Arquivo pessoal

4. CONCLUSÃO

Campos é uma cidade com uma história significativa, neste sentido, é importante frisar a necessidade de preservar a história da evolução urbana seguido da ocupação espontânea. E o principal intuito deste artigo é divulgar a história da evolução da cidade para pessoas interessadas em conhecer o passado e suas riquezas.

Ao observar informações do crescimento urbano, é possível notar que a questão da população morar em lugares de risco, sempre ocorreu. O que não quer dizer, que não seja possível mudar essa realidade, com vontade política.

O parcelamento do solo, assim como os planos diretores podem ser elaborados de forma a evitar que ocupações irregulares sejam estimuladas e ainda que áreas de risco sejam ocupadas.

Por fim, chegou-se à conclusão que o crescimento acelerado e desordenado das cidades brasileiras tem gerado uma série de conflitos sociais aos que se somam as inúmeras ocupações irregulares e a criação de áreas de risco à perda de vidas humanas.

No caso da Lagoa do Vigário, a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, teve a iniciativa de retirar os moradores da área de risco, mas alguns moradores têm resistência em sair e estão em meio a entulhos e ruínas, além disso, não há fiscalização facilitando novas invasões.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, H. M. *Modernização Urbana e Poder Político em Campos dos Goytacazes (1930-1940)*. Rio de Janeiro, 2011.

ARAÚJO, R. S. *Modificações no planejamento urbanístico*. Ronaldo de Sousa Araújo – São Paulo: NOBEL, 2009.

BARCELOS, Álvaro. *A Linguagem da Baixada Goitacá*. Editora Lucerna, 1992.

Persp. online: hum. & sociais aplicadas, Campos dos Goytacazes, 9 (4), 56-69, 2014
seer.perspectivasonline.com.br

BOBBIO, Norberto et alli. Dicionário de Política. Brasília/UNB, v.I e II,1998.

CARVALHO, José Murilo. A Construção da Ordem. Brasília, UNB,1981.

COSEAC. Campos Dos Goytacazes. Disponível em: http://www.coseac.uff.br/cidades/campos_antiga.htm. Acesso em: 4 de abril de 2014.

COSTA, Aline Nogueira; ALVES, Maria da Glória. Monitoramento da expansão urbana do município de Campos dos Goytacazes – RJ, utilizando Geoprocessamento. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 12., Goiânia, 2004. Anais... p. 3731-3738. INPE: Goiânia, 2005. Disponível em: <<http://marte.dpi.inpe.br/col/ltid.inpe.br/sbsr/2004/11.20.17.48/doc/3731.pdf>>. Acesso: 3 out. 2007.

Estatuto da Cidade: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

FARIA, Teresa Peixoto. Configuração do Espaço Urbano da Cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: Novas Centralidades, Velhas Estruturas. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., São Paulo, 2005. Anais... Disponível em: <http://www.uenf.br/Uenf/Downloads /FAVELA_BAIRRO_4202_1177360740.pdf>. Acesso: 03 de Maio de 2014.

FEYDIT, Julio. Subsídios para a História dos Campos dos Goytacazes. Atualizado e Ilustrado por Hylze Peixoto Diniz Nogueira. São João da Barra - RJ: Gráfica LZuartson, 2004.

FREITAS, Kêila Pirovani da Silva; FARIA, Tereza Peixoto. Produção e apropriação do espaço urbano de Campo dos Goytacazes – RJ: da residência unifamiliar aos edifícios de apartamentos. Tese de Mestrado, Universidade do Estado do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2011.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. O homem e o brejo. Rio de Janeiro: Lidador, 1974.

LOPES, Alberto Costa. Evolução Urbanística de Campos. Aspectos de legislação. Julho, 1988. 28p.

MORETTO, Maria Azevedo. A ‘maceguenta’ memória social na política cultural da ‘azamboada’ Campos dos Goytacazes. Orientador: Prof. Dr. Nilson Alves de Moraes. UNIRIO/MAST. 2010. Dissertação.

MORAES, Roberto. Praça São Salvador, 2011. Disponível em: www.robertomoraes.com.br. Acesso em: 20 de Setembro de 2014.

OLIVEIRA, Mariel Lima de. Reorganização Viária de Campos dos Goytacazes – Uma proposta retomada. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Engenharia Urbana, Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

PIMENTEL, João. Campos dos Goytacazes em fotos. Disponível em: <http://camposfotos.blogspot.com.br/2013/12/o-chafariz-belga-fonte-de-historia.html#>. Acesso em: 27 de Julho de 2014.

PINTO, Jorge Renato Pereira. O ciclo da cana de açúcar em Campos. Campos dos Goytacazes [s.n.]. Edição do Autor, 1990.

PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RAIA JÚNIOR, Archimedes Azevedo; MATSUMURA, Érika Myho. Análise sobre a impactação de classes de áreas vazias nas redes urbanas e de transportes em cidade de médio porte. 1999. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2081>. Acesso em: 27 de Julho de 2014.

RAMALHO, Roberta de Souza. Processos de Urbanização: Ocupações irregulares em áreas de risco. Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes – IFF, 2010.

RODRIGUES, Wagner de Oliveira. Desafios legais e fáticos na efetividade da gestão urbana participativa: o Plano Diretor de Campos dos Goytacazes. Disponível em: http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/campos/wagner_de_oliveira_rodrigues.pdf. Acesso em: 23 de Junho de 2014.

SABOYA, Renato. Ministério Público no combate a construção desenfreada. Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2010/03/ministerio-pblico-no-combate-construo-desenfreada/>. Acesso em: 27 de Março de 2014.

SILVA, Osório Peixoto. 500 anos dos Campos Dos Goytacazes, 2003.

SILVEIRA, Joselito Lima. Educação Ambiental como processo de resgate da identidade ecológica dos moradores das margens da Lagoa do Vigário em Campos dos Goytacazes, RJ – Boletim do observatório Alberto Ribeiro Lamego, v.4, n°1 (2010).

SOUZA, F. P., SILVA, J. A, F.. Estudo de Ocupação Espontânea na Lagoa do Vigário, no Município de Campos dos Goytacazes - RJ, *propostas mitigadoras e amparo legal* – Boletim do observatório Alberto Ribeiro Lamego, V. 3, n°2 (2009).

SOFFIATI, Arthur. Águas da baixada: Angústia social. Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais vol. 2. Belo Horizonte: ABEP, 1996.

TCE-RJ – Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria-geral de planejamento. Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2011.

VILAÇA, Dayana R. C. Lagoa do Vigário: um tesouro formal engolido pela informalidade. Campos dos Goytacazes, RJ: Instituto Federal Fluminense, 2008.